

## GETÚLIO VARGAS (1883/1954)



Getúlio Vargas tornou-se uma figura central na história do Brasil Contemporâneo pela maneira como emergiu no plano nacional, liderando um movimento revolucionário (1930); pelo estabelecimento de uma ditadura que o manteve, além dos dois mandatos que havia conquistado, em resultado daquele movimento, a permanência por mais oito anos no poder, de novembro de 1937 a novembro de 1945; pela maneira como conseguiu voltar à Presidência, elegendando-se num pleito livre; pela maneira dramática como abandonou tudo, suicidando-se e, finalmente, por haver legado ao país um projeto de Revolução Industrial que acabaria sendo implementado. Cometeu outras proezas, como indicaremos. O certo é que o próprio Fernando

Henrique Cardoso denominou de Era Vargas ao largo período que vai da Revolução de 1930 ao processo de desestatização, que chegou a registrar certos avanços na década de noventa, paralisando-se em seguida.

Nasceu em São Borja, no Rio Grande do Sul. Formou-se em direito em 1907 e logo aderiu ao sistema instaurado naquele estado, tornado de fato uma república positivista, dispondo de uma Carta Constitucional singular e regendo-se por suas próprias leis. No entanto, para a sua posterior projeção nacional, seria marcante o exercício do mandato de deputado federal, entre 1923 e 1926. A partir mesmo do linguajar, os positivistas gaúchos (castilhistas) tornavam-se uma excentricidade. O uso da tribuna, na Câmara dos Deputados, na condição de líder da bancada riograndense, livrou-o dessa pecha.

Naquele último ano (1926) torna-se Ministro da Fazenda do governo Washington Luís e, em 1928, em decorrência da reforma constitucional que pôs fim às sucessivas reeleições de Borges de Medeiros, elege-se para substituí-lo como governador do Rio Grande do Sul. Essa circunstância é que o credenciaria a ser apontado como candidato à Presidência da República em 1929, cujo desfecho seria a citada Revolução de 30.

Nos anos 30, Vargas foi chefe do governo provisório; presidente constitucional eleito indiretamente pela Câmara formada após concluída a elaboração da Carta de 34 e titular da ditadura do Estado Novo.

Em sua volta ao governo, em 1951, vitorioso em pleito eleitoral, acabaria envolto numa crise monumental. Suicidou-se em agosto de 1954.

Resumidamente, sua obra mais destacada seria a constituição de Estado Nacional Unitário e a plena configuração do projeto de Revolução Industrial, projeto que se revelaria extremamente aglutinador de sucessivas gerações, a ponto de que os governos militares acabaram por dar-lhe cumprimento. Tratou-se de um processo de industrialização sob a égide do Estado, o que, ao invés de proporcionar a distribuição de renda a que deu surgimento a empresa privada capitalista, de certa forma agravou não tanto a própria distribuição de renda mas as desigualdades que até hoje marcam o país.

Por tudo isto parece perfeitamente legítima a idéia de tipificar a Era Vargas, desde que associando-a à concepção e implementação de Revolução Industrial de que iria resultar o agigantamento do Estado, fortalecendo a tradição patrimonialista que sucessivamente o caracterizou, exacerbando a sua condição de estrutura mais forte que a sociedade.

A adoção pela Carta de 91 do modelo federalista de República levou, entre outras coisas, à interrupção do processo iniciado no Segundo Reinado de assegurar a unidade nacional pela

centralização, posteriormente avaliada como tendo sido excessiva. Contudo, a descentralização, necessária e imprescindível, teria que ser conduzida sem por em risco a conquista maior representada pela unidade do país, o que a implementação resultante da Carta de 91 estava longe de assegurar. Basicamente, sob o Estado Novo, Vargas não só irá contrapor-se a este modelo como conseguirá suplantá-lo e constituir Estado nacional unitário. O seu projeto seria claramente afirmado em diversas oportunidades. Para bem situá-lo basta entretanto o que fez figurar no balanço do Estado Novo, que mandou preparar em comemoração aos 15 anos de governo (1930-1945). Essa documentação, supervisionada e revista por Gustavo Capanema, não chegou a ser publicada na oportunidade, incumbência de que deu conta Simon Schwartzman. (**Estado Novo – um auto-retrato (arquivo Gustavo Capanema)**, Brasília, CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983)

No balanço referido estabelece-se a seguinte premissa: “O movimento renovador de 1930 encontrou as administrações estaduais sofrendo as conseqüências da maior desorganização que se possa imaginar. Longe de constituírem unidades administrativas fiéis aos mesmos princípios seguidos pelo governo da União, cada estado constituía como que um país à parte, seguindo os métodos que melhor parecessem aos seus dirigentes, os quais visavam apenas os interesses regionais ou os da política partidária. Não há exagero em dizer que as unidades da federação se assemelhavam a verdadeiros feudos, onde as conveniências da orientação particularista dos governos davam margem a empirismos e abusos lamentáveis nos serviços públicos”.

Para bem orientar o projeto unificador, procedeu-se ao que se chamou de “racionalização do serviço público federal”, mediante a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). A nova entidade estabeleceu quadros, carreiras, sistemas de seleção de pessoal e padronização que atingiu a todos os serviços. Seguiu-se ação idêntica nos estados, através da criação dos Departamentos Administrativos, com atribuições assim caracterizadas: “Tornado indispensável o estabelecimento de diretrizes uniformes, para a condução dos serviços públicos estaduais e municipais, bem assim uma definição clara das responsabilidades dos agentes da União, a Carta de novembro de 1937 possibilitou a expedição do decreto-lei número 1.202, de abril de 1939, que dispõe sobre a administração dos estados e municípios e criou os Departamentos Administrativos. Competem a estes, em cada estado, entre outras as seguintes atribuições: proceder ao estudo dos serviços, departamentos, repartições e estabelecimentos do estado e dos municípios, com o fim de propor, do ponto de vista da economia e da eficiência, as modificações a serem feitas nos mesmos, sua extinção, distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho. Subordinados a um órgão central - a Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais - e fiscalizando as normas estabelecidas na lei, os Departamentos Administrativos estão fixando, nos estados, as linhas mestras da racionalização dos serviços públicos”.

O Estado Novo cuidou ainda da unificação do direito processual, correlacionando-o diretamente à unidade nacional como se pode ver da citação adiante, retirada do mesmo relatório: “Como é sabido, a Constituição de 1891, ao estruturar a federação brasileira, atribuiu aos estados competência para legislar sobre direito adjetivo e manteve a competência da União para legislar sobre direito substantivo. Esse era o regime conhecido como da dualidade do direito. Em conseqüência, cada unidade federada passou a possuir uma legislação processual civil que regia a aplicação do direito civil e comercial da União no território da respectiva jurisdição estadual.

Formou-se, porém, desde cedo, na doutrina pátria, um forte movimento de opinião para restabelecer a unidade do direito adjetivo, que representava uma das garantias da unidade nacional. ... Os adversários da unificação do direito processual escudavam-se, principalmente no argumento fundamental que inspirava a própria idéia da federação, isto é, que as peculiaridades de um país vasto como o Brasil, tão numerosas e profundas, tornavam impraticável a observância das mesmas regras processuais em todo o território nacional. Finalmente, porém, prevaleceu a corrente unitarista e a Constituição de 1934 devolveu, à União, a competência para legislar sobre direito processual.”

O relatório Capanema detém-se na indicação dos percalços existentes ao cumprimento da nova diretriz, delegando-a ao Parlamento. “Dissolvido o Congresso, em 1937, abriu-se o caminho para a sua efetivação e o Estado Novo logrou promulgar o Código de Processo Civil.” Cogitou-se da atualização dos Códigos Civil e Comercial, que não chegou a bom termo.

A reforma atingiu o Judiciário, mediante a criação de uma magistratura federal, “à qual foram outorgadas as necessárias garantias e atribuiu-se-lhe competência privativa para aquelas questões de interesse da União. Recorde-se, entretanto – prossegue o documento -, que esse interesse da União não era apenas o patrimonial mas também o doutrinário, para assegurar a uniformidade de interpretação a princípios jurídicos fundamentais, e o político, para salvaguardar a unidade nacional e os compromissos internacionais do país”.

Através dos Códigos de Minas e de Águas esboça-se uma primeira variante do projeto de desenvolvimento econômico. Ainda assim, este somente assumiria feição acabada nos anos cinqüenta, justamente a partir do novo governo Vargas.

Deste modo, entre as realizações de Vargas sobressai a capacidade demonstrada de retomar o projeto formulado no Império, de constituição do Estado Nacional. Entretanto, abdicou de dar-lhe feição democrático-representativa, dele fazendo um autêntico Estado Patrimonial. A característica marcante desse tipo de estrutura estatal --sobrepôr-se majestaticamente à sociedade-- seria sobremaneira exacerbada em resultado do cumprimento do projeto de Revolução Industrial que legara ao país, adiante caracterizado.

Na fase inicial do pós-guerra, no período do governo Dutra, a idéia de impulsionar a modernização econômica não chega propriamente a ganhar corpo. É certo que se promove a vinda ao Brasil das missões Cooke, Abbink e Kleine-Saks e formula-se, em 1948, o Plano SALTE. Nessa fase a política de industrialização acha-se associada basicamente à política cambial. Tentou-se praticar a livre flutuação de taxas, acabando por ser reintroduzido o controle. Este objetivou, basicamente, subsidiar a importação de equipamentos, instrumento que iria viabilizar, sob Kubitscheck, a rápida constituição da indústria automobilística. Contudo, a situação somente se altera quando a ação estatal de cunho modernizador desloca-se para a esfera do que mais tarde se denominou de “planejamento”, entendido não como instância administrativa mas como um conjunto de técnicas destinadas a assegurar a consecução de determinadas metas. A configuração da nova esfera é obra da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico.

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos iniciou seus trabalhos em 19 de julho de 1951, em decorrência de acordo firmado com os Estados Unidos em dezembro de 1950. Funcionou ininterruptamente até dezembro de 1953. Após essa data, todo o seu acervo passou ao Conselho Técnico de Economia e Finanças que o divulgou durante o ano de 1954. Contou com a colaboração de cerca de cinqüenta técnicos “senior” brasileiros, recrutados entre a elite acadêmica e na Administração, bem como de variado grupo de especialistas estrangeiros. Procedeu a amplo diagnóstico da economia brasileira.

Identificou desde logo uma série de fatores favoráveis ao desenvolvimento econômico, entre outros o aparecimento de um grupo de homens de empresa, criativos, empreendedores e abertos a projetos de longo prazo, embora reconhecesse o predomínio das unidades familiares fechadas; a modernização de métodos agrícolas; melhoramento em tecnologia, educação e saúde; sensibilidade e adaptabilidade da economia a variações de preços e mercados; e mobilidade do capital e da mão-de-obra. Mais tarde, o empenho modernizador cifrar-se-ia na mobilização de tais ingredientes.

Contudo, em relação aos fatores desfavoráveis, as condições do país não se alteraram substancialmente, salvo talvez no que se refere ao surgimento de setor moderno da agropecuária. Basta enumera-los para evidenciá-lo: “Entre tais atitudes e instituições destacam-se a tradição herdada de uma agricultura devastante e feudal, os hábitos especulativos do comércio e um sistema de governo paternalístico. O fenecimento da classe alta, rural e feudal, da era monárquica – que produziu, sem dúvida, notáveis estadistas e servidores públicos – e a emergência de novos grupos de poder político e econômico não foram acompanhados por um rápido desenvolvimento de novas atitudes em relação à educação, tecnologia e governo. A educação continuou a orientar-se no sentido de assegurar posição social, ao invés de dar ênfase ao treinamento técnico para tarefas agrícolas e industriais. O governo permaneceu pessoal e paternalístico em alto grau, revelando-se todos os grupos ansiosos por auxílio e proteção governamental.” (*Relatório Geral* – Tomo I. Rio de Janeiro, 1954, p. 40)

Para fazer face a circunstâncias tão complexas a Comissão Mista recomendou a atuação em setores considerados chaves. A saber: 1) energia elétrica; 2) transporte ferroviário; 3) transporte sobre água; 4) portos; 5) agricultura e, 6) assistência técnica. Além do exame da situação geral de cada um dos grupos de atividades considerados, selecionou-se o tipo de atuação mais recomendável. Para cada uma de tais iniciativas elaborou-se o correspondente *projeto*. Mais tarde semelhante procedimento seria generalizado. Na época correspondia a fato inusitado. Em termos globais, a Comissão Mista elaborou 41 projetos prioritários, com a seguinte distribuição dos recursos: transportes, 60,6%; energia, 33,1%; indústria, maquinaria agrícola e armazenamento de grãos, 6,3%.

Ainda no período de seu funcionamento, a Comissão Mista promoveu a organização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, com o propósito de financiar o que então se denominou de “plano nacional de reaparelhamento”, assegurando-lhe, desde logo, a disponibilidade de recursos. Graças a isto, a nova instituição, nessa fase inicial atuou preferentemente na execução do reaparelhamento ferroviário.

Finalmente o novo estilo ganharia uma outra componente através do Programa de Metas do Governo Kubitschek. Embora se tratasse de metas isoladas, foram considerados temas de grande relevância, como a questão da energia, dos transportes e da indústria de base. O BNDE que era, na prática, o gestor do programa, teria oportunidade de testar e aprimorar as novas técnicas nos setores essenciais da economia brasileira. Tratava-se de uma etapa prévia e inelutável, requerida por uma ação modernizadora global e interativa.

Deste modo, coube a Vargas, em seu último governo, dotar o país de um programa de industrialização concebido segundo as mais modernas técnicas, a começar do fato de ter-se estabelecido prioridade no tocante à infra-estrutura. O governo Kubitschek testaria a receptividade para essa idéia. A partir daí o projeto de industrialização torna-se praticamente irreversível. De modo que o movimento de março de 1964 acabaria assumindo essa bandeira. Na prática, no período 1964/1984, os governos militares lograram colocar o país entre as maiores economias do mundo.

A industrialização provocaria desde logo acentuada mudança na distribuição populacional. Assim, em 1960, a população urbana representava cerca de 45% do total, enquanto em 1980 moravam nas cidades aproximadamente 70% (80,4 milhões de pessoas), tendência essa que prosseguiu no decênio seguinte. Em que pese correspondesse ao período relativamente curto, logrou-se, em grande medida, erigir uma infra-estrutura urbana moderna. Dos 17,8 milhões de domicílios urbanos existente em 1980, 76% estavam ligados à rede geral de abastecimento de água e o esgotamento sanitário adequadamente constituído beneficiava aproximadamente 7 milhões de domicílios urbanos (40% do total). É certo que, progressivamente e com base na continuidade dessa tendência, não se tendo sustentado o modelo de política habitacional, sobretudo em face do brutal processo inflacionário que se seguiu, criaram-se nas grandes cidades vastas periferias, tornadas um dos maiores desafios aos governos surgidos após a abertura política de 1985.

A par disto, o fenômeno da industrialização e da modernização econômica se fez acompanhar de uma brutal estatização da economia.

Em pesquisa realizada no ano de 1973, Gilberto Paim evidencia o fenômeno porquanto o Estado detinha 45,8% do patrimônio líquido do mundo empresarial brasileiro (5.275 maiores empresas não-agrícolas). Eis os resultados registrados por essa pesquisa:

**Estoque Brasileiro de Capital  
Segundo a Origem**

Setores	Patrimônio líquido (1973) CR\$ Milhões	% do Total	Nº de Empresas	% do Total
—				
Privado Nacional	126.362,10	39,30	4.280,00	81,40
Público	147.275,60	45,80	316,00	6,00
Estrangeiro	46.421,40	14,40	618,00	11,80
Capital nacional gerido por empresas estrangeiras	1.742,10	0,50	43,00	0,80
<b>Total</b>	<b>321.801,20</b>	<b>100,00</b>	<b>5.257,00</b>	<b>100,00</b>

No período subsequente a estatização seguiu seu curso. No setor de aço, por exemplo, o patrimônio líquido das empresas governamentais somava US\$ 7,6 bilhões contra US\$ 3,3 bilhões dos grupos privados. Nos anos posteriores criaram-se duas novas usinas siderúrgicas sob hegemonia estatal (Cia. Siderúrgica de Tubarão e Açominas).

Nos começos da década de oitenta o Governo criou a Secretaria de Controle das Empresas Estatais – SEST, que produziu alguns balanços adiante resumidos.

De acordo com o Cadastro das Empresas Estatais, elaborado pela SEST esse universo achava-se distribuído do seguinte modo, em setembro de 1984:

Discriminação	Nº de Empresas
Setor produtivo estatal	234

Entidades típicas de Governo	142
Previdência Social	6
Bancos oficiais federais	14
Concessionárias de serviços públicos	26
<b>Total</b>	<b>422</b>

As denominadas entidades típicas de governo correspondem a simples eufemismo, nada justificando o seu estatuto empresarial, pois não geram recursos próprios. Seus dispêndios, em 1984, foram fixados em Cr\$ 5,4 trilhões (esse valor poderia exprimir uma ordem de valor de US\$ 3 bilhões).

As empresas do setor produtivo estatal tinham, em 1983, um imobilizado equivalente a Cr\$ 71,5 trilhões (em US\$ uma ordem de grandeza de 40 bilhões) assim distribuídos: setor hidrelétrico 38,1%; setor siderúrgico-metalúrgico 23,2%; transportes 14,8%; extração e beneficiamento de minerais 10,7%; comunicações 8,4%; demais setores 4,7%.

De acordo com a SEST, as empresas estatais registraram, em conjunto, prejuízo operacional de CR\$ 410 bilhões (cerca de 2,4 bilhões de dólares), em 1982; no ano seguinte, o prejuízo passou a Cr\$ 1,5 trilhão (mais ou menos 2,5 bilhões de dólares). Esse prejuízo correspondeu, em 1982, a 5,6% das receitas operacionais e, em 1983, a 8,3% das mesmas. De um ano para outro, o déficit ficou muito acima do anterior em termos reais. Em 1982, as receitas operacionais alcançaram a cifra de Cr\$ 7,25 trilhões (com o emprego de uma taxa cambial de Cr\$ 173 por dólar, esse valor corresponderia a cerca de 42 bilhões de dólares). Em 1983, as receitas cresceram para Cr\$ 18,1 trilhões (ou 34,7 bilhões, à taxa de Cr\$ 521, que produz valor inferior ao de 1982). O valor em moeda nacional foi também menor. Não acompanhou a taxa inflacionária de 211,0%.

Em 1983, as empresas estatais empregavam 1.349.840 pessoas, número que configura uma enormidade, em termos de desperdício de recursos financeiros e de subemprego da força de trabalho. Considere-se, a propósito, que, em sua maioria, essas empresas são modernas ou modernizadas, o que significa que o seu coeficiente de capital implica o emprego de pouca mão-de-obra. Tomando-se o setor elétrico como exemplo, é fácil identificar a forma pela qual as estatais fomentam o empreguismo. As usinas geradoras de eletricidade implantadas no País são unidades modernas de grande porte. Para serem operadas com eficiência requerem apenas pequenos contingentes de mão-de-obra especializada. Não eram necessárias, por conseguinte, as trinta e oito empresas estatais organizadas para administrar esse conjunto. Desse modo, verifica-se que a natureza e as características de tais empreendimentos foram dissociadas das estruturas administrativas que lhes correspondem. A função de tais estruturas consiste em multiplicar os cargos de diretores e em aumentar os contingentes de funcionários subordinados para justificar uma safra tão prodigiosa de diretorias.

Não se dispõe de nenhuma avaliação conclusiva acerca dos níveis alcançados pela estatização da economia brasileira. Contudo, o prof. Mário Henrique Simonsen calculou a participação do Estado no conjunto dos investimentos, ao longo dos anos setenta e em parte da década seguinte, em 64%. Tenha-se presente que este resultado superpunha-se à estatização de quase 50% da economia, observada por Gilberto Paim nos começos do decênio de setenta. De sorte que não se deve considerar nenhum exagero a suposição de que os níveis de estatização da economia brasileira tenham chegado a 70%.

Muitos analistas têm insistido em que o fenômeno observado no Brasil teve lugar também na Europa, tratando-se na verdade de um resultado do keynesianismo, ainda que presumivelmente indesejado. Em primeiro lugar cabe observar que não há nenhuma evidência, na obra de Keynes, de que admitiria a intervenção direta na economia, isto é, a produção pelo Estado de bens e serviços como parte de sua política anticíclica. O fato de que, na Europa do pós-guerra, se hajam disseminado as chamadas nacionalizações obedece a outras causas, a exemplo do confisco da propriedade dos colaboracionistas com o ocupante alemão, na França; receio de serem as fábricas desmontadas e levadas pelos russos (caso austríaco); ou, ainda o fenômeno italiano, quando muitas empresas foram absorvidas pelo Estado devido à pressão dos sindicatos e dos comunistas para salvar estabelecimentos mal geridos e à beira da falência. O único caso de estatização ideológica é o da Inglaterra, devido ao fato de que a providência constava do programa do Partido Trabalhista, vitorioso nas primeiras eleições após o término da Segunda Guerra.

Ainda assim, os níveis alcançados pela presença do Estado na economia européia nada têm a ver com o que ocorreu no Brasil. Estima-se que os mais elevados se tenham verificado na Áustria, oscilando entre 30 a 35%. Na Inglaterra, como em outros países, a estatização nunca superou 30%.

Tendo voltado ao poder, Vargas iria defrontar-se com uma oposição sem quartel. Em meados de 1954, elementos de sua guarda pessoal efetivaram um atentado contra o líder da oposição udenista (Carlos Lacerda), de que resultou a morte de um oficial da Aeronáutica, que o acompanhava. Convencido de haver perdido o controle da situação, perdendo sucessivos pontos de apoio, avolumando-se entre os militares o movimento em prol do seu afastamento, Vargas comete suicídio.

Tenha-se presente que na altura o país achava-se profundamente dividido. A melhor caracterização dessa situação seria devida a Bolívar Lamounier, num texto que publicou de modo autônomo ( “E no entanto se move: formação e evolução do Estado democrático no Brasil, 1930-1994”) inserindo no livro *Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira* (São Paulo, Augurium Editora, 2005).

A tese central da qual parte é a seguinte: “O Brasil dos anos 50 estava rachado ao meio, dividido por uma clivagem profunda, uma completa falha geológica que atravessava diversas camadas sedimentares, mas tinha um foco extremamente definido: o antagonismo entre getulismo e anti-getulismo”. (“Getulismo e anti-getulismo: a fratura exposta”, págs. 118-130). Veja-se esta citação que transcreve, sendo seu autor o jornalista Carlos Lacerda, futuro deputado: “O senhor Getúlio Vargas, eleito senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”.

Além da enormidade do desprezo pela democracia, a citação, naturalmente, expressa também o que deseja destacar Lamounier, a profundidade do fracionamento do país entre getulistas e anti-getulistas.

Como foi referido, Vargas lograra configurar plenamente o projeto de Revolução Industrial, sendo obra de Juscelino Kubitschek levá-lo á prática, com o seu Plano de Metas, fazendo emergir o que Lamounier assinala como embate entre o arcaico e o moderno. Nessa convicção, daremos maior destaque ao que chamou de quarta camada das clivagens existentes: “o onipresente veneno da guerra fria”.

Lamounier assinala que, embora os comunistas aparecessem aliados aos udenistas no combate a Vargas, no curso do seu governo (1951/1954), na verdade era grande o potencial de aproximação entre estes e os getulistas.

A base objetiva para uma aliança entre comunistas e getulistas, a seu ver, residia no fato de que “a guerra ensinara aos comunistas, a começar do próprio Stalin, a importância do Estado nacional”. O nacionalismo passara a se constituir num aliado. Outro ponto de confluência residiria no que denomina de **prometeísmo**, “a obsessão com a transformação material, exuberantemente encarnada na industrialização soviética e, entre nós, simbolizada de modo embrionário por Getúlio e pela Usina de Volta Redonda.”

Apesar da repressão contra os comunistas desencadeada por Vargas após a insurreição de 1935 e durante o Estado Novo, os comunistas admitiam que poderia consistir num aliado estratégico no combate ao imperialismo. Em seguida, escreve: “Do lado udenista, nem a repressão desencadeada contra os comunistas entre 1935 e 1945, nem as críticas feitas por estes ao governo em 1954 amenizavam a imagem de Getúlio; na verdade para esses velhos adversários do Estado Novo, o Getúlio do pós-guerra não passava de um ex-fascista que agora simpatizava com os comunistas e buscava seu apoio.”

Ao remontar aos anos cinquenta, lembra o autor, os comunistas haviam perdido toda a aureóla grangeada pela vitória da União Soviética sobre o nazismo. A par disto, a contraposição entre comunismo e anti-comunismo, afirma, “não se limitava aos campos ideológico e político. Era também uma questão militar”.

E, prossegue: “Na década de cinquenta, o comunismo chegara a seu ponto máximo de expansão nos termos da geopolítica mundial, consolidando-se no Leste Europeu, estendendo-se à China e fazendo, com a Revolução Cubana de 1959, seu primeiro grande desembarque nas Américas. Por minúsculo que fosse, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era visto como a cabeça-de-ponte da URSS no Brasil, e, em consequência trazia para dentro do país, em cores vivas, aquela linha imaginária que se convencionou chamar de Guerra Fria.” Tudo isto explica o desfecho de março de 1964, com a deposição de Goulart e o início do ciclo de governos militares.